



Formação Continuada para Professores do Ensino Fundamental I da rede municipal de ensino de Luzilândia – PI: análise entre 2010 à 2020

Continuing Education for Elementary School Teachers I of the municipal education network of Luzilândia – PI: analysis between 2010 and 2020

Renata Fenelon Ferreira

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí,
<https://orcid.org/0000-0002-3151-1095>, renatafenelon@hotmail.com

Resumo

O artigo apresenta análise de dados acerca da educação de Luzilândia no Piauí, com ênfase nas turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental entre os anos de 2010 a 2020. Contém um breve histórico sobre a reprovação no Brasil e seu impacto. Traz legislações a nível municipal, estadual e federal sobre Formação Continuada e faz um retrato da oferta aos professores durante o período citado. Relata o surgimento dos exames de larga escala, implantação e contribuições para a elaboração de políticas públicas voltadas à melhoria no ensino aprendizagem. A relevância da proposta se dá por trazer um novo olhar sobre a educação continuada para os professores do ensino fundamental I, visto que não existem estudos acadêmicos sobre o tema nessa perspectiva no município.

Palavras-chaves: Formação continuada, reprovação, professores.

Abstract

The article presents data analysis about the education of Luzilândia in Piauí, with emphasis on classes from 1st to 5th grade of elementary school between the years 2010 to 2020. It contains a brief history of disapproval in Brazil and its impact. It brings legislation at the municipal, state, and federal levels on Continuing Education and makes a picture of the offer to teachers during the period cited. It reports the emergence of large-scale exams, implementation, and contributions to the development of public policies aimed at improving learning to teach. The relevance of the proposal is given by bringing a new look at continuing education for elementary school teachers since there are no academic studies on the subject in this perspective in the municipality.

Keywords: Continuing education, disapproval, teachers.

1 Introdução

De acordo com o censo demográfico, 2010, (IBGE, 2020), Luzilândia, situada no norte do Piauí, tem uma população de 24.721 habitantes e uma taxa de escolarização



de 96,1%. Em 2020, o município teve no Ensino Fundamental 3.961 alunos matriculados, 344 docentes e 40 escolas em funcionamento.

Observando os dados do painel educacional municipal disponível no Inep Data (INEP, 2020), o município apresentou entre os anos de 2017 e 2019 um percentual maior de reprovação entre os alunos de 1º ao 5º ano da rede municipal de Educação em comparação com dados do mesmo período e séries do município de Teresina, capital do Estado. Luzilândia apresenta uma oscilação que vai de 5,2% a 21% entre as séries, enquanto Teresina apresenta taxas que variam entre 0% a 0,3%, uma diferença significativa.

Ao analisar os dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do Ensino Fundamental I e comparar os dados projetados, percebe-se ainda que o município de Luzilândia oscila entre 2.4 a 4.2 em notas obtidas, sendo que as metas projetadas variam de 2.5 a 4.4 até 2019. (INEP, 2020). Em sua região geográfica imediata, o município ficou na 7ª posição, atrás de municípios menores em número de habitantes e em extensão territorial como Joaquim Pires, São João do Arraial, Morro do Chapéu, Madeiro e Joca Marques como aponta o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No resultado da Prova Brasil em 2017, Luzilândia apresentou média de proficiência no 5º ano em escolas municipais de 172.27 em português e 179.09 em matemática, bem inferior à média em escolas municipais do Estado, que foi de 193.35 em português e 203.67 em matemática. Nas escolas municipais do país, na mesma série, a média foi de 207.14 e 216.58. (INEP, 2018). Em 2019 obteve a média de 181,33, as escolas municipais do Estado 199,75 e as escolas municipais do país 207.35, ambas 5º ano do Ensino Fundamental. (INEP, 2019). O município apresentou média inferior ao Estado e ao país em 2011, 2013, 2015, 2017 e 2019 e esses resultados demonstram poucas ações direcionadas para melhorar a qualidade da educação ofertada.

O Plano Municipal de Educação-PME, Lei N°019/2015, meta 5 – Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidade, com melhoria no fluxo escolar e na aprendizagem de modo a atingir as seguintes metas para o Ideb: 6.0 nos anos iniciais do Ensino Fundamental; e 6.0 nos anos finais do Ensino Fundamental. (LUZILÂNDIA, 2015). Dessa forma, se faz necessário saber quais



estratégias o município vem desenvolvendo para atingir as metas e garantir que os alunos tenham acesso ao direito a uma educação de qualidade.

É nesse cenário de alta taxa de reprovação e com os resultados dos exames de larga escala, nos quais os resultados apontam para o atraso escolar, que se busca compreender em que medida tem havido políticas públicas adequadas para a formação continuada de professores do Ensino Fundamental I em Luzilândia e de que maneira a formação continuada para os professores do Ensino Fundamental I poderia minimizar a reprovação e melhorar a aprendizagem e proficiência desses alunos?

A pesquisa busca apurar dados sobre a educação continuada dos professores do Ensino Fundamental I em Luzilândia no período de 2010 a 2020, analisando as políticas de formação continuada, identificando junto aos professores os desafios enfrentados com os exames de larga escala e o dia a dia na sala de aula.

1.1 O Educador e a Novidade Escolar

A escola é a instituição responsável para oferecer educação sistematizada e formar cidadãos de maneira organizada e em conformidade com as leis que a rege. Segundo a LDB (Leis de Diretrizes e Bases), em seu artigo 22, "a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". BRASIL (1996). Partindo desse pressuposto, a escola deve planejar ações cada vez mais pontuais, eficazes e efetivas no intuito de devolver à sociedade sujeitos capazes de organizar os conhecimentos aprendidos, criar novos e resolver problemas, além de serem autores de suas próprias histórias.

Azanha, (2004), relata que o professor precisa ser formado para enfrentar os desafios da novidade escolar contemporânea. A formação inicial do professor é muito rápida e não dispõe de prática além dos estágios, portanto não deve ser a única opção de estudos. Um grande exemplo a ser citado é a pandemia vivida no Brasil e no mundo em 2020, onde o planeta parou e a escola e os professores tiveram que se reinventar e através das TIC's (Tecnologia da Informação), puderam levar a educação a milhares de alunos, mesmo sem uma preparação prévia, o que impactou de fato a educação em 2020, porém garantiu o acesso, mesmo que de forma desigual aos alunos por uma série de fatores.



Cordeiro, (2021), frisa que é importante colocar que o ensino nunca mais voltará a ser o que era antes e que o uso das ferramentas tecnológicas na educação deve ser visto sob a ótica de uma nova metodologia de ensino. A realidade nos mostra que muitos professores não estavam preparados para essa forma de aula, muitos não sabiam nem manusear direito um computador e muito menos aplicativos como os que são usados para as aulas remotas. O estresse aumentou entre a classe. O planejamento das aulas se tornou amedrontador, conseguir a atenção dos alunos e envolvê-los nas aulas passou a ser o objetivo diário.

1.2 Reprovação e o surgimento de exames de larga escala: um breve histórico

Paro (2001), afirma que a reprovação é universalmente aceita em nossa sociedade como um expediente propício à educação. É como se o aluno que reprova fosse ter um benefício ou a escola que reprova fosse boa pela rigidez e daí se inicia a busca por culpados. Se pararmos para analisar, a única coisa que a escola não deveria fazer é reprovar, pois exclui, faz o aluno evadir, deixar de estudar, além da distorção série idade que desmotiva, faz perder o rendimento e o estímulo de aprender. A reprovação no Brasil só foi vista como um problema político educacional após a criação do Ministério da Educação em 1930. Acredita-se que por falta de dados e estatísticas que comprovassem os altos números e possibilitasse um estudo mais detalhado, pois o maior movimento do período era colocar a população na escola e mesmo já existindo testes, ainda não haviam dados organizados para uma avaliação real da situação. Essas decorrências serão consideradas como distorções da trajetória dos estudantes apenas no século XX, quando predomina a expectativa de que todos frequentem e concluam o ensino primário. Gil, (2018).

Com a criação do INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, em 1937, foram iniciados estudos para identificar os problemas do ensino nacional. Daí em diante se tornou possível uma melhor análise da reprovação no país e a elaboração de políticas públicas para a educação. Em 1990 foi criado o SAEB, Sistema de Avaliação da Educação Básica Brasileira, com o objetivo de identificar fatores que possam interferir no desempenho dos estudantes, e dar um indicativo da qualidade do ensino. (BRASIL, 2020).



A partir dos dados do Saeb, o governo pôde elaborar medidas para amenizar as dificuldades educacionais, assim como utilizar também dados do Ideb, Índice de desenvolvimento da educação básica, que foi criado em 2007 e que além de medir a qualidade da educação básica ainda estabelece metas para a melhoria do ensino. Com os resultados desses exames de larga escala, os sistemas de ensino passam a planejar ações para diminuir os déficits e observa-se o quanto tem peso esses resultados. A prova Brasil é um dos mecanismos usados para o resultado do Ideb. É uma avaliação criada em 2005 pelo Ministério da Educação e realizada a cada dois anos, em anos ímpares em turma do 5 e 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. A partir da edição de 2019, ela passou a ter o nome de SAEB, sistema que existe desde os anos 90 como falado anteriormente e que agora nomeia o conjunto de avaliações da educação básica.

No estado do Piauí foi criado, em 2011, o SAEPI, Sistema de Avaliação Educacional do Piauí, testes nos padrões da prova Brasil, mas que acontece todos os anos. (PIAUI,2021). Em 2021 foram realizadas as provas com alunos do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental das redes municipais de ensino e alunos do 2º, 5º 6º e 9º ano do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio da rede estadual de ensino.

Ribeiro (2020), na conclusão de sua pesquisa constata que as diretrizes para a formação no Piauí, tendem a levar em conta, principalmente, as necessidades imediatas dos municípios. Analisando por essa ótica, é observável que os municípios vêm fazendo uma preparação dos professores para os exames de larga escala, ensinando técnicas de elaboração de simulados no mesmo modelo para que os alunos consigam uma boa nota.

Os resultados dessas avaliações devem servir para saber como anda a aprendizagem e o que pode ser feito para melhorar. Não deve ser usado como o único norteador para a escolha do que deve ser trabalhado com os profissionais. Gil (2021), entende que, se tratando de educação, qualidade e quantidade são complementares.

A OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, afirma que é necessário emponderar os educadores para que promovam melhorias no âmbito educacional. Defende que além da valorização salarial, umas das formas de emponderar os educadores é oferecendo-lhes meios para que possam gerar aprendizagens positivas aos alunos.



2 Metodologia

A pesquisa foi realizada de forma quantitativa e qualitativa. A princípio um levantamento bibliográfico a partir de artigos, revistas, livros, legislações e periódicos sobre o panorama da educação, frisando o município de Luzilândia no Piauí e relacionando com cidades do mesmo Estado.

Buscou-se fazer um estudo sobre reprovação e seu impacto na educação, exames de larga escala e contribuições da formação continuada de professores para a melhoria do ensino aprendizagem.

Foi feita uma verificação estatística nas bases de dados como IBGE e INEP para apurar informações relacionadas à população da cidade, acesso ao ensino, evolução do número de estudantes, taxas de aprovação e reprovação, dentre outras.

Planejada e executada visita à Secretaria Municipal de Educação do município em busca de documentos ou fotos que comprovassem os registros de formações voltadas aos professores da rede de ensino no período de 2010 a 2020. Não havia nenhum registro de acordo com a Secretária e os Coordenadores de Ensino.

Por fim, foi entregue um questionário para 10 professores do 5º ano do Ensino Fundamental, que atuaram na zona urbana e rural no período citado. Questionário fechado com 11 questões divididas entre temas como reprovação, exames de larga escala e formação continuada. Os professores serão identificados nos resultados pelas letras e números de P(1) a P(10), preservando assim o nome de cada um. Junto ao questionário foi entregue um termo de autorização para responder e publicar, obedecendo todos os princípios éticos de uma pesquisa. A escolha de professores do 5º ano foi devido a série está inclusa em exames como o SAEB e por apresentar a maior taxa de reprovação durante a década.

3 Resultados e Discussão

Foram entrevistados 10 professores do Ensino Fundamental I da rede municipal de Ensino de Luzilândia. Todos com mais de 15 anos de serviços, o que comprova a presença em sala de aula entre os anos de 2010 a 2020. Outro critério foi a atuação no 5º ano durante o período pesquisado, visto que a série participou da antiga Prova Brasil, hoje SAEB.



Foram selecionados 07 professores da zona urbana e 03 da zona rural. Dessa forma foi possível observar as opiniões e formar um pensamento sobre os relatos envolvendo toda a cidade.

O questionário contendo 11 questões divididas entre os temas: ensino aprendizagem, reprovação, exames de larga escala e formação continuada para os professores foram entregues aos professores.

Cem por cento dos professores acredita que o ensino aprendizagem é um processo e as palavras mais citadas foram, família, escola, aprendizagem, dificuldade, aluno e professor.

Em relação a reprovação, 60% dos professores defendem como necessária para a aprendizagem do aluno que não conseguiu atingir o quantitativo de notas exigido pelo sistema de ensino. Atribuíram as maiores causas, o desinteresse do aluno e a ausência da família. 40% dos professores se posicionaram contra a reprovação. Acreditam que provoca desmotivação e evasão.

A resposta de 06 professores na pergunta sobre exames de larga escala como o SAEB, declaram importantes, pois fazem um diagnóstico da educação local e acompanha a evolução dos alunos. Já 04, acreditam que é negativo, pois de acordo com eles a realidade dos testes é outra, além de gerar uma competição entre as escolas para obtenção de maior nota.

Em relação a Formação continuada, todos acreditam que melhora a prática em sala de aula e contribui significativamente para o processo ensino aprendizagem. Somente 04 professores lembram das formações que participaram entre 2010 e 2020 e souberam citar. Os demais só recordam das Semanas Pedagógicas que são encontros que acontecem antes de iniciar o ano letivo e organizado pela Secretaria Municipal de Educação. Desconhecem se há um projeto de Formação Continuada no sistema de ensino e também não conhecem os critérios de escolha dos temas quando acontece alguma formação, mas acredita -se que sempre são temas atuais.

Questionados sobre a Formação Continuada para os Professores e sua contribuição para o ensino aprendizagem, P(1) relata que a mesma ajuda na didática e proporciona aulas dinâmicas, procurando amenizar as dificuldades dos alunos. P(2) diz que é necessária, pois a globalização traz temas novos todos os dias e o professor deve está preparado e atualizado para ensinar o aluno. P(3) fala que melhora a



interdisciplinaridade, contextualização, troca de experiências, resultados significativos e fortalecimento do ensino aprendizagem. P(4)- frisa que quando acontece de fato, a formação continuada, e não somente "orientações específicas para uma avaliação, é de grande valia, pois trará bons frutos quando colocado em prática. P(5) declara positiva, atualiza e qualifica os professores para a prática em sala de aula. P(6) defende que a educação, assim como qualquer atividade humana, demanda aperfeiçoamento. P(7) diz que a formação continuada é cheia de significado para a educação, traz atualização para o professor e novas formas de ensinar. P(8) relata que tira os professores do comodismo. P(9)- acredita que a intenção da formação continuada seria trazer novas técnicas e conhecimentos para os professores trabalharem em sala de aula, porém o sistema limita. P(10) acredita que a formação continuada é um grande suporte para o professor, levando a melhorar as aulas.

No resumo técnico do estudo do Piauí Censo da Educação Básica (2020), o percentual de docentes com formação continuada saiu de 36,8% em 2016, para 55% em 2020. De acordo com as respostas dos professores entrevistados, não houve formação continuada nesse período no sistema municipal de educação de Luzilândia.

O PNE (Plano Nacional de Educação), Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), em sua meta 16 tem como segundo objetivo garantir a todos os profissionais de educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização do sistema de ensino.

O PEE (Plano Estadual de Ensino), Lei nº 6.733/2015 (PIAUI, 2015), em sua meta 16, estratégia 16.3, parágrafo 4 traz a mesma proposição.

O PME (Plano Municipal de Educação) de Luzilândia, Lei nº 019/2015, (LUZILÂNDIA, 2015), meta 14, instituiu o mesmo objetivo dos Planos Estadual e Nacional. Então, além de ser uma necessidade, a formação continuada é lei em todas as esferas de governo, mais um motivo para ser cumprida.

As políticas públicas de formação continuada são descritas pelos professores entrevistados como essenciais para a melhoria da prática e do ensino aprendizagem, além de aumentar os índices de aprovação do município, pois o professor fica atualizado e consegue identificar problemas e resolver com novas técnicas, mas desconhecem a existência de alguma política pública voltada à formação de professores durante o período de 2010 a 2020.



4 Considerações Finais

Mediante diversas leituras e análise dos questionários, foi possível concluir que de fato, o município de Luzilândia obteve baixos índices em Educação e mesmo que seja comprovado que são vários os fatores que ocasionam esse resultado de forma geral, como nível socio econômico, relação familiar, dificuldades de aprendizagem dos alunos, falta de estrutura das escolas, enfim, foi observado que apesar de acharem importante a formação continuada, os professores não tiveram um planejamento ou política pública para que fosse colocado em prática durante o período de 2010 a 2020. Martins et al (2020), descreve que inúmeras pesquisas têm apontado para a necessidade da valorização docente para a melhoria do desempenho escolar, cabendo principalmente à formação inicial e continuada desses profissionais. Esse pensamento corrobora a ideia da formação continuada como um meio de diminuir as dificuldades enfrentadas pelos professores, com a introdução de novas técnicas de ensino, novas metodologias e relação socio emocional. Um verdadeiro suporte para os educadores e melhoria no ensino para os alunos.

Gil, (2021), relata que a reprovação escolar foi tomada como indicador da falta de qualidade da escola brasileira. Os professores que defendem a reprovação, atribuem-na ao desinteresse do aluno e a falta de apoio da família. Pôde se observar que não é só opinião de alguns professores do município de Luzilândia. Prioste ² (2020), em seu artigo sobre hipóteses docentes sobre o fracasso escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a maior atribuição também se dá, de acordo com os professores entrevistados, aos aspectos relacionados ao aluno como falta de interesse, de atenção, de concentração, de disciplina e outros. Na verdade, existe muita coisa por trás dessa falta de vontade de aprender por parte dos alunos e algumas delas podem está dentro da sala de aula como aulas repetitivas, tradicionais e cansativas, falta de entrosamento, socialização difícil e falta de estímulo e motivação.

A reprovação é vista como algo danoso ao educando, de consequências irreparáveis de acordo com um dos professores entrevistados. A pesquisa de Almeida e Alves (2021) revela que a reprovação é um forte preditivo para novas reprovações e para o abandono dos estudos. O que vem desmitificar a reprovação como contribuição para a aprendizagem.



Fica a lacuna de um planejamento anual de educação continuada voltado aos professores do Ensino Fundamental como suporte de melhoria no ensino aprendizagem.

Referências

ALMEIDA, Frederico; ALVES, Maria Teresa. A cultura da reprovação em escolas organizadas por ciclos. **Revista Brasileira de Educação**. V.26, 2021 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260006>. Acesso em 09/10/21.

AGUERA, Josiane., SOLIGO, Valdecir. ESTUDO DA ARTE: AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA – PROVA BRASIL 2013 A 2017. **Epitaya E-Books**, 1(3), p. 31-43, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.47879/ed.ep.2021236p31>. Acesso em 02/08/21.

AZANHA, José. Uma reflexão sobre a formação do professor da escola básica a formação do professor e outros escritos. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 2, p369- 378, maio/ ago. 2004. Disponível em. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200016> . Acesso em 17/08/2021.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/572694. Acesso em 17/06/2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em www.pne.mec.gov.br. Acesso em 15/06/21.

GIL, Natália de Lacerda. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Revista Brasileira de Educação** v.23, 2018. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Disponível em www.scielo.br/>rbedu>abstract. Acesso em 15/08/2021.

GIL, Natália de Lacerda. A quantificação da qualidade: algumas considerações sobre os índices de reprovação escolar no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre. Ano 23, n. 56, jan-abr 2021, p.184- 209. DOI <https://doi.org/10.1590/15174522-109753>. Disponível em www.scielo.br/>soc. Acesso em 12 /07/21.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados. Censo Brasileiro 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/luzilandia-html. Acesso em 18/06/2021.

IDEB- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: www.ideb.inep.gov.br Acesso em 10/06/2021.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informação/institucional/historia. Acesso em 03/06/21.



INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico do Estudo do Piauí -Censo da Educação Básica 2020**. Disponível em: www.download.inep.gov.br. Acesso em 20/07/21.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Avaliação de Rendimento Escolar, 2021**. Disponível em: www.sistemasprovabrazil.inep.gov.br/. Acesso em 08/07/21.

LUZILÂNDIA. Lei nº 019/2015, de 24 de junho de 2015. **Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação do município de Luzilândia-Pi**. Disponível em Diário Oficial dos Municípios, ano XIII.Teresina,25/06/2015.Edição MMDCCLXIX.p.239-242.

MARTINS, da Conceição Rodrigues et. Al. Avaliação: Processos e Políticas – **Realize Editora**. Campina Grande, v. 1. p. 398-416, 2020. Disponível em: <<http://editora.realize.com.br/artigo/visualizar/65231>>. Acesso em 10/08/21.

OECD: **Com foco em políticas nacionais e subnacionais. Education Policy Outlook**, Disponível em www.oecd.org/education/policy-outlook. Acesso em 13/09/21.

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação Escolar: Renúncia à Educação**; -São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. *et.al.* **Políticas educacionais e organização do trabalho na escola**/Bianca Cristina Correa e Teise Oliveira Garcia(organizadoras); -São Paulo:Xamã,2008.

PIAUI. Lei nº 6.733/15, de 17 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação do Estado do Piauí**. Disponível em www.leisdopiaui.com. Acesso em 14/06/21.

PRIOSTE², Claudia. Hipóteses docentes sobre o fracasso escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Educ. Pesquisa.**, São Paulo, v. 46,2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046220336>. Acesso em 21/08/2021.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. Políticas de formação de professores: o que determina a legislação de criação de sistemas municipais de ensino no Estado do Piauí. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 1, jan. 2020. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seeindex.php/reflex/article/view/12324>>. Acesso em 02/09/21 às 16:20h.

RODRIGUES, Polyana Marques Lima; LIMA, Willams dos Santos Rodrigues; VIANA, Maria Aparecida Pereira. A importância da formação continuada de professores da educação básica: a arte de ensinar e o fazer cotidiano. **Saberes docentes em ação**, v. 03, n.1, p28-47, 2017. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/semad/saberes-docentes-em-acao/>. Acesso em 20/08/2021.



SAEPI- SISTEMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DO PIAUÍ. Disponível em:
www.seduc.pi.gov.br>matricula> saepi. Acesso em 07/09/21.